







U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Ley virem: Que tendo-se manifestado por huma clara, e deciziva experiencia que de se fazer o Commercio da Bahia, e Rio de Janeiro debaixo da sujeição das Frotas, e Esquadras, tem rezultado inconvenientes tão grandes, como são por exemplo: Primeiro; arruinarem-se na humidade, e calor daquelles ardentes Paizes os frutos principaes da sua producção; humas vezes degenerando, outras perdendo-se inteiramente nos Trapiches, em quanto esperavaõ as referidas Frotas, e Esquadras com as grandes dilações que são dellas isseparaveis: Segundo; serem os Interessados no Commercio das ditas Capitanias constangidos a esperarem dous, tres, e quatro annos pelos seus pagamentos, e retornos, por hum effeito necessario das ditas dilações, com prejuizos transcendentos aos seus acrédores; de sorte que não havia cabedades, que fossem bastantes para sopportarem tão extraordinarias demoras no embolso dos ditos pagamentos: Terceiro; terem animado as mesmas dilações, e vagares das referidas Frotas, e Esquadras, diversos correspondentes moradores nas mesmas Capitanias, para cubrirem com tão longos espaços de tempo os enganos, e dóllos, com que retiveraõ em si importantes quantias de cabedades alheios, que podiaõ ter girado nas Praças de Lisboa, e do Porto, em commum beneficio: Quarto; serem obrigados os que tem padecido aquellas fraudes, e sentido os prejuizos dellas, quando lhes chegaõ as noticias da má fé dos seus Correspondentes, a esperarem a outra Frota, ou Esquadra futura, para os revogarem, e inhibirem; quando esta revogação, e inhibição, chegaõ tão tarde, que já não servem para remediar o damno, mas só para acabarem de descobrir as ruinas, que elle tem cauzado: Em consideração do referido, e para que de huma vez cessem tão grandes inconvenientes, e os graves prejuizos, que delles se tem seguido á utilidade publica dos Meus Vassallos, e ao Bem Commum do Commercio: Sou servido abolir inteiramente as referidas Frotas, e Esquadras, que até

até agora foraõ aos Pórtos da Bahia, e Rio de Janeiro: Ordenando, que para elles, e para todos os mais dos Meus Dominios ( onde o Commercio se não achá vedado por privilegios exclusivos ) possaõ os Meus Vassallos ( em quanto Eu não mandar o contrario ) navegar livremente; quando bem parecer a cada hum delles despachar os seus Navios; e para onde melhor conveniencia lhes fizer: Concedendo-lhes benignamente, que dentro nos Meus ditos Dominios não vedados possaõ navegar de quaesquer Pórtos livres para outros, em que haja a mesma liberdade; e possaõ passar quaesquer mercadorias daquellas, em que he permittido o Commercio de huns para outros Pórtos; sem que a isso lhes seja posto qualquer impedimento, ou embargo. Para que os Navios dos ditos Meus Vassallos, que navegarem soltos, e livres das referidas Frotas, e Esquadras, não padeçaõ detrimento com os Piratas nas suas viagens, e torna-viagens, tenho dado a necessaria providencia ao fim de que sempre naveguem assistidos por Guarda-Costas, que os segurem das referidas Piratarías na ida, e na vinda continuadamente. Não he da Minha Real Intenção, que esta Ley altére em cousa alguma os Contratos, que se achão feitos, ou fizerem a respeito da Frota, que está proxima a partir para a Bahia. Mando que pela torna-viagem della, e da do Rio de Janeiro, que se espera, se cumpraõ todos os Contratos, em que os pagamentos se houverem estipulado para ás chegadas das ditas Frotas na mesma fórma, que nelles se contém. O mesmo Ordeno, que se observe a respeito das Sociedades ajustadas por certo numero de Frotas, com a providencia de se reputar cada huma dellas por hum anno. E Determino, que a dita navegação por Navios soltos tenha o seu principio, para se lhes darem os respectivos despachos de sahida, desde os dias seguintes aos em que forem entrando na Barra de Lisboa de retorno as Frotas das ditas duas Capitanías da Bahia, e Rio de Janeiro.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém. Pelo que Mando á Meza do Dezembargo do Paço; Regedor da Caza da Supplicação, ou quem seu cargo

cargo servir; Governador da Relação, e Caza do Porto; Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Meza da Consciencia, e Ordens; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; Vice-Reys, e Capitaens Generaes dos Estados do Brazil, e da India; Governadores, e Capitaens Generaes dos sobreditos Estados; Mezas da Inspeção, e mais Pessoas a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum, quaesquer que elles sejaõ; e não obstante quaesquer Leys, Regimentos, Resoluções, Disposições, ou Ordens em contrario, que todos, e todas Hei por derogadas, e cassadas de Meu Motu Proprio, Certa Sciencia, e Poder Real, Pleno, e Supremo; como se de todas, e de cada huma dellas, fizesse especial, e expressa menção, sem embargo das Ordenações em contrario, para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos, não obstante as Ordenações em contrario: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Alvarás; e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a 10 de Setembro de 1765.

## R E Y . . .

*Conde de Oeyras.*

**A**lvará de Ley porque Vossa Magestade ha por bem abolir inteiramente as Frotas, e Esquadras, que até agora foraõ aos Pórtos da Babia, e Rio de Janeiro: Ordenando, que para elles, e para todos os mais dos seus Dominios Ultramarinos ( onde o Commercio se não  
acba

*acha vedado por privilegios exclusivos ) possaõ os seus Vassallos ( em quanto Vossa Magestade não mandar o contrario ) navegar livremente , e passar quaesquer mercadorias daquellas , cujo Commercio he permittido : Tudo na fôrma acima declarada.*

CB  
P8639  
1765  
10  
151ZE

Para Vossa Magestade ver.

*Antonio Domingues do Passo* o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em o livro das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 198. Nossa Senhora da Ajuda, a 13 de Setembro de 1765.

*Isidoro Soares de Ataide.*

Impresso na Officina de Miguel Rodrigues.



